

18 de Junho de 2021



**TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA,
2000-2020:
RUMO A MAIS SUBDESENVOLVIMENTO**

João Mosca

RESUMO

Este texto analisa a evolução da estrutura económica de Moçambique entre 2000 e 2020 na óptica da produção e das despesas, individualizando o sector externo e o emprego.

Este texto baseia-se principalmente nos dados do INE. É um estudo descritivo com análise qualitativa.

Em resumo, não se assiste a uma transformação estrutural da economia. Moçambique possui um padrão de acumulação não assente no sector produtivo e, sim, especificamente, no extractivismo, penalizador do consumo interno, virado para o exterior, baixa produtividade do trabalho, com população em crescimento elevado, aceleração do fluxo rural-urbano e incremento da dependência externa. Todas estas características revelam o aprofundamento do subdesenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

As transformações estruturais da economia resultam de desenvolvimento das economias e sociedades a longo prazo, sobretudo caracterizadas por alterações nos pesos (proporções) das componentes da riqueza nacional, do lado da produção (PIB), e do lado das despesas (Rendimento Nacional), implicando influências, que se reforçam entre si, na estrutura social, as formas de poder e respectivas alianças de classes e grupos sociais e respectivas instituições.

As teorias fundamentais na análise da evolução das sociedades são encontradas em Marx¹, com os sistemas e modos de produção, e períodos de transição entre as diferentes fases evolutivas, numa perspectiva política e sociológica, e Rostov², acerca da evolução das sociedades com base em indicadores económicos, sobretudo dos níveis de investimento e importância dos sectores produtivos. O institucionalismo histórico

Dados compilados por Yulla Marques, licenciada em Economia, monitora de pesquisa no OMR.

¹ MARX, K. (1996). "O Capital: crítica da Economia Política". São Paulo: Nova Cultura, v. 1 e 2, 1996.

² ROSTOW, W. (1960). "The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto". Cambridge University Press.

relaciona o desenvolvimento através das influências múltiplas nas institucionais (na sua concepção global – cultura, religiões, tradições, burocracias ,como sistemas de poder, mercados, etc.)³.

Pode-se ainda considerar as teorias da divisão internacional do trabalho⁴ que, em termos estritamente económicos, significa a especialização produtiva dos países com base nas vantagens comparativas estimulando o comércio externo como o principal factor de crescimento económico.

A questão central abordada neste texto é o estudo da transformação estrutural de Lewis⁵, considerando a alteração do peso de cada sector na formação da riqueza nacional. A este elemento, estão associados os ritmos de crescimento dos sectores, seja de actividades produtivas, seja de serviços. A transformação típica, em processos históricos de longa duração, é a industrialização, com aumento do peso da indústria na criação da riqueza, ligado à criação de emprego neste sector, ao aumento da eficiência do capital e da produtividade do trabalho, de forma a que os mercados transfiram valor (capital, acumulação/poupança) e recursos (principalmente trabalho) do sector primário (sobretudo da agricultura) para a indústria, o que, na prática, significa transferir valor do meio rural para os centros urbanos.

Numa terceira fase, a transformação estrutural “típica” consiste na terciarização da economia (economia pós-industrial), isto é, o sector de serviços (sobretudo os directamente relacionados com a produção, os serviços aos cidadãos e as designadas novas economias, como as tecnologias da informação) assumem um crescente peso no PIB e no emprego e na renda média da população. São estes factores que impulsionam a migração intersectorial do trabalho e espacial. Por estas razões, o peso da agricultura pode atingir, nos países desenvolvidos, somente cerca de 10% do PIB e 5% do emprego, enquanto nos países em desenvolvimento esses valores podem alcançar 30% e 60%, respectivamente.

Socialmente, a secundarização (industrialização) caracteriza-se pelo crescimento de uma classe operária com salários baixos, que habita em redor dos centros/polos industriais

³ O institucionalismo foi impulsionado nos Estados Unidos da América, na segunda década do século XX, principalmente pelos escritos de Thorstein Veblen, John Rogers Commons e Wesley Clair Mitchell. Incorpora o contributo da escola histórica alemã e do substantivismo de Karl Polanyi.

⁴ Veja Immanuel Wallerstein (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press. A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é a especialização produtiva dos países e das regiões na intensificação das trocas comerciais. Esta especialização das funções económicas é um reflexo da solidificação da globalização, que constitui um fenómeno que se desenvolver em longa duração. Também é uma divisão de produção entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e os conhecidos como emergentes. Os primeiros exportam tecnologia, conhecimento, informação, produtos industrializados e os segundos especializam-se em recursos naturais e commodities. A longo prazo, com excepção de alguns países, verifica-se a queda dos termos de troca entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, com benefício para os primeiros.

O caso prático mais evidente foi a experiência do Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON), onde cada país deveria possuir alguma especialização produtiva, no quadro de desenvolver as relações económicas e comerciais entre os países constituintes da organização. Foi fundada em 1949, em resposta ao Plano Marshall.

⁵ LEWIS, W. A. (1954). “Economic Development with unlimited Supplies of Labor. *Manchester School of Economic and Social Studies*, Vol. 22, N° 2, pp. 139-191.

nas periferias das cidades, dando origem a uma sociedade bastante polarizada em duas classes principais, o capitalista detentor do capital e o operário que vende a sua força de trabalho. As lutas operárias são fundamentadas na reivindicação salarial e condições de trabalho. A terciarização da economia está associada à emergência de uma classe média, progressivamente mais alargada, com rendimentos que permitem novas procuras (habitação, dietas alimentares, formação, saúde, meios de transporte, etc.) que impulsionam, por seu lado, o crescimento dos sectores de serviços. As sociedades estratificam-se em vários grupos sociais, com interesses, simultaneamente, convergentes e contraditórios, onde as lutas sociais assumem novas formas (greves e manifestações dos trabalhadores por sector, ou em alianças com outros grupos, onde existam pontos de convergência face às reivindicações de cada momento). Estes grupos, que compõem as classes médias, formam o designado centro político com variantes (mais à esquerda ou à direita, social-democracia, social-cristã, etc.).

Nos países em desenvolvimento⁶, como, por exemplo, Moçambique, cuja estrutura está assente na agricultura e em recursos naturais, a maioria da população vive da agricultura de pequena escala, com baixas produtividades e, portanto, baixos rendimentos familiares, que complementam, sempre que possível, com outras actividades, regra geral informais. A pobreza é bastante alargada socialmente e profunda (nível de pobreza). A indústria é incipiente, como valor total de produção e como percentagem do contributo no PIB, e, no caso moçambicano, dedica-se à transformação de bens importados, de forma a permitir o consumo (final ou intermédio) no mercado interno (por exemplo, farinha de trigo, descasque de arroz, indústria de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, etc. A maioria dos restantes subsectores industriais concentra-se na transformação de bens localmente produzidos, de modo a facilitar ou permitir a exportação. Em ambos os casos, as principais fases das cadeias de valor localizam-se no exterior, assim como os valores acrescentados, e, portanto, da acumulação. Por estas razões, o investimento externo dirige-se para os sectores relacionados com o exterior, secundariza o mercado interno, é pouco gerador de trabalho (investimentos de capital intensivo) e não dinamiza as relações intersectoriais retendo valor no país. Regra geral, as relações de troca são desfavoráveis (troca desigual) para os países em desenvolvimento, o que se traduz num crescimento mais rápido dos preços de importação.

O debate centra-se, sobretudo, nas estratégias de transformação, no século XXI, num contexto de globalização (conceito próximo ao da economia mundo⁷) e financeirização das economias⁸ e das relações económicas internacionais, em países de baixo rendimento, Estados frágeis e não transparentes, onde a corrupção está generalizada, não existe consciência de classe e em que o Estado de direito é, em muitos casos,

⁶ Existe uma vasta obra sobre o desenvolvimento das economias em desenvolvimento, como, por exemplo, o centros e a periferia de Samir Amin, a teoria da dependência de Gunter Frank, Theotonio dos Santos, teorias do subdesenvolvimento de Paul A. Baran e Paul Sweezy, a concepção desenvolvimentista e modernista de Raúl Prebisch, entre muitos.

⁷ Veja, por exemplo, FURTADO, C. (1999): "*O capitalismo global*". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, ARRIGHI, G. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, e ainda sobre a economia mundo de Stuart (1993). Corbridge, World Economy, Oxford University Press.

⁸ BRAGA, J. C. S. (1997) "Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo". In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. São Paulo: Vozes, 1997.p. 195-242.

deturpado (sem limites claros entre o público e o privado, entre os poderes legislativo, executivo e judicial), com democracias parlamentares de partidos dominantes durante séculos e concentração e centralização dos poderes de decisão.

Considerando a estrutura produtiva assente na agricultura e recursos naturais e a consequente transferência de recursos da agricultura para outros sectores e do meio rural para os centros urbanos e para o exterior, a baixa produtividade do trabalho e, portanto, baixa renda das famílias para a criação de mais e novas demandas de mercado e o baixo nível de poupança interna, torna-se difícil iniciar e, sobretudo, perseguir uma transformação estrutural necessariamente de longo prazo.

Os poucos países em desenvolvimento que conseguiram transformação estrutural (por exemplo, os tigres asiáticos⁹), optaram por: (1) educação simultaneamente alargada, especializada e de qualidade; (2) investigação científica, sobretudo nas áreas tecnológicas para sustentar a inovação técnica; (3) modernização produtiva para a elevação da eficiência económica e produtividade do trabalho reflectida no rendimento das famílias de modo a aumentar a produção incentivada pela procura; (4) aumento da poupança através de políticas públicas incentivadoras do investimento nos sectores motores da transformação estrutural; (5) criação de ambientes de negócios favoráveis ao investimento, mobilidade de capitais e de recursos (incluindo humanos) e de aumento da competitividade nos mercados internacionais, (6) incentivo ao aumento do nível e qualidade de vida, sobretudo de saúde, habitação (através de sistemas públicos e privados) e oportunidades de emprego e de negócios; (7) instituições eficazes e eficientes que planifiquem para o desenvolvimento de mercados concorrenciais, eliminando as distorções dos mesmos, que suportem regimes democráticos e o estado de direito.

O primeiro aspecto a reter dos processos de transformação é que são de longo prazo, de décadas, ou mesmo séculos, considerando o que se designa por continuidades de longa duração das características que constituem os alicerces de uma sociedade, não obstante mudanças de ciclo curto. As mudanças estruturais requerem políticas estáveis de longo prazo, objectivos fixados em termos de sociedade e economia desejadas/possíveis

⁹ "O termo tigres asiáticos é usado para designar quatro países e territórios da Ásia: Singapura, Coreia do Sul, Taiwan (República da China) e Hong Kong (região administrativa da República Popular da China). Estes países e territórios apresentam em comum o fato de terem obtido um rápido crescimento económico e desenvolvimento industrial e tecnológico entre as décadas de 1970 e 1990. O termo "tigre" está relacionado com a forma agressiva e rápida que atuaram na economia.

Para conseguirem esse rápido desenvolvimento usaram uma política de baixos impostos, desvalorização da moeda nacional, investimentos em tecnologia e educação, incentivos às exportações, abertura para a entrada de capital estrangeiro, forte participação na economia de mercado, inserção na globalização e grande oferta de mão de obra barata e disciplinada".

Em https://www.suapesquisa.com/o_que_e/tigres_asiaticos.htm.

Este trabalho tem como objectivo central verificar se existem sinais de alguma mudança estrutural na economia, considerando que o período de 21 anos é insuficiente para se efectivarem alterações fundamentais. Analisa-se o PIB, sob diferentes perspectivas (produção, despesas e comércio externo), e o emprego, com base em indicadores (evolução, contribuição proporcional, tendências ao longo do período).

Compõem este texto, além da introdução com apontamentos teóricos, a segunda secção onde se apresentam os gráficos com informação acerca da estrutura do PIB do lado da produção e do consumo, individualizando o sector externo, e uma análise descritiva dos mesmos. Na terceira secção individualiza-se o sector externo e evolução dos termos de troca nas relações comerciais com o exterior. A quarta secção apresenta alguns dados do emprego e da produtividade do trabalho nos sectores da agricultura, na indústria transformação e de recursos naturais e nos serviços, Finalmente faz-se o resumo.

Foram utilizados os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outras organizações especializadas, conforme referido no texto.

Os conceito e designações são do conhecimento geral, pelo que o autor não os define ao longo do texto.

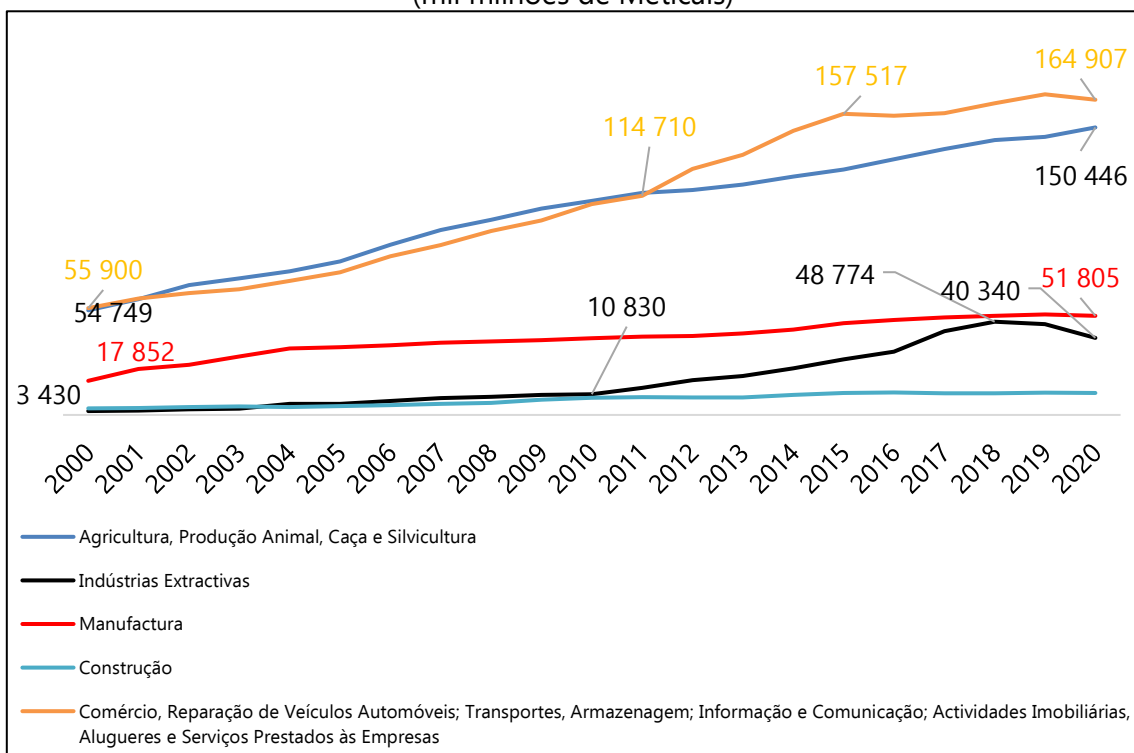
Em resumo, pretende-se saber; (1) se a composição da riqueza do lado da produção (somatório do valor final de todos os bens produzidos na economia) se tem alterado com um aumento do sector secundário e depois terciário; (2) como a riqueza se distribui na função do Rendimento Nacional (Consumo + Poupança + Gastos Públicos + Saldo do Sector Externo); (3) evolução do emprego entre os sectores produtivos e entre o campo e a cidade).

2. APRESENTAÇÃO DE INDICADORES

2.1 PIB NA ÓPTICA DA PRODUÇÃO

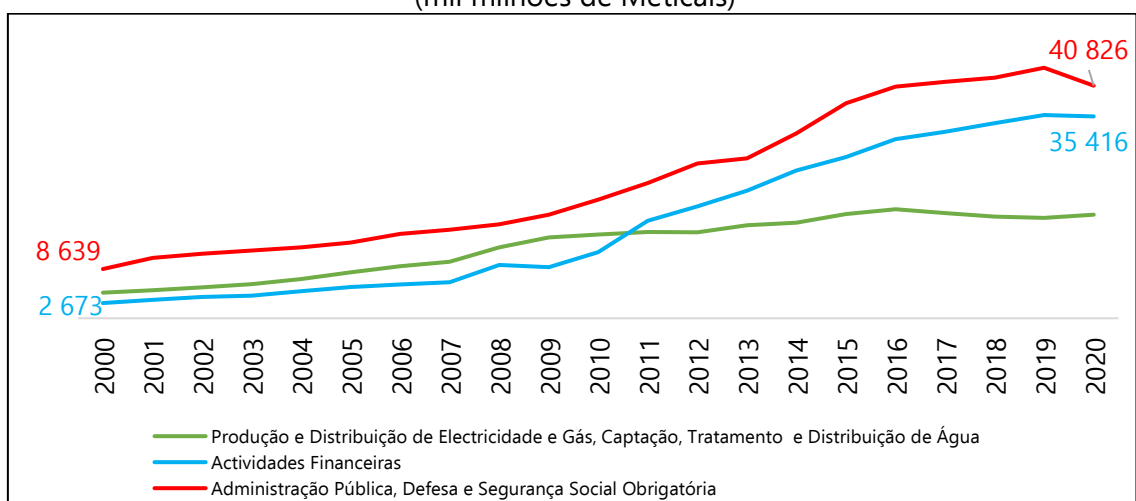
Os gráficos 1 e 2 revelam, separadamente, a evolução do contributo dos sectores considerados produtivos e de serviços relacionados com a produção. As principais constatações são as seguintes: (1) o comércio, transportes, (veja na legenda do gráfico 1), são os sectores que mais contribuem para o PIB; (2) segue-se o sector agrário;; (3) a indústria extractiva, que tinha um valor insignificante em princípios do século, emerge com um crescimento rápido a partir do final da primeira década, com o inicio da exploração do carvão, das areias pesadas e do gás de Inhambane; (4) a indústria manufactureira tem um crescimento lento (embora percentualmente elevado, considerando o baixo valor de partida (2000); (6) a administração pública, que inclui a defesa, cresceu 4,7 vezes; (6) as actividades financeiras aumentaram o seu contributo no PIB em 13,2 vezes.

Gráfico 1
 Produto Interno Bruto (sectores produtivos e serviços ligado à produção)
 entre 2000 e 2020, a preços constantes de 2014
 (mil milhões de Meticais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

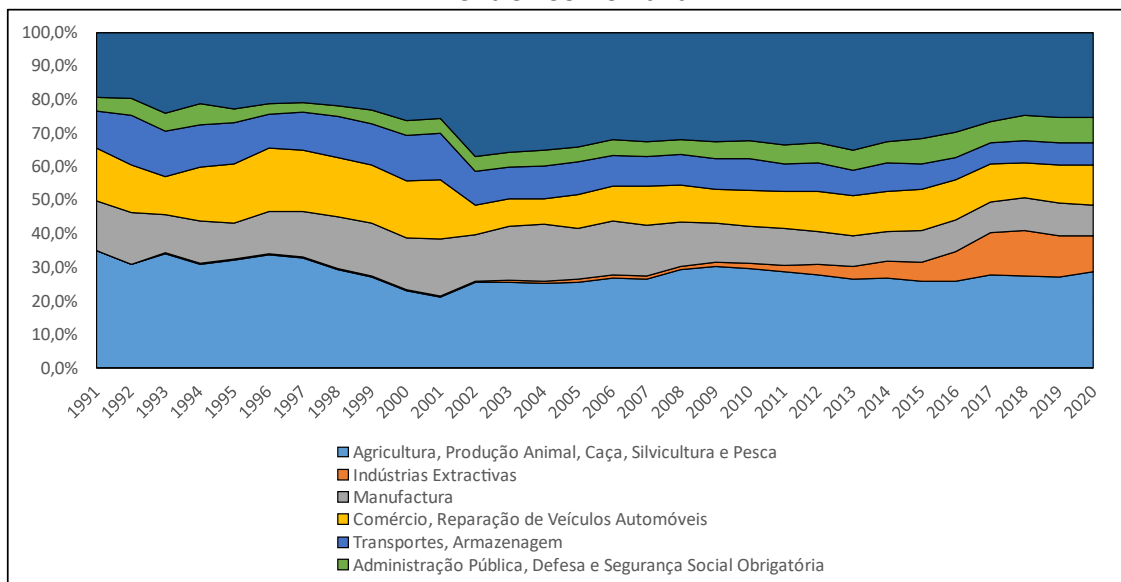
Gráfico 2
 Produto Interno Bruto por sector produtivo e serviços não produtivos
 entre 2000 e 2020, a preços constantes de 2014
 (mil milhões de Meticais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

O gráfico 3 revela a evolução percentual dos sectores produtivos e de serviços (componentes do PIB do lado da produção). Observa-se: (1) alguma variabilidade dos contributos percentuais no PIB; (2) a perda de peso do sector agrário.

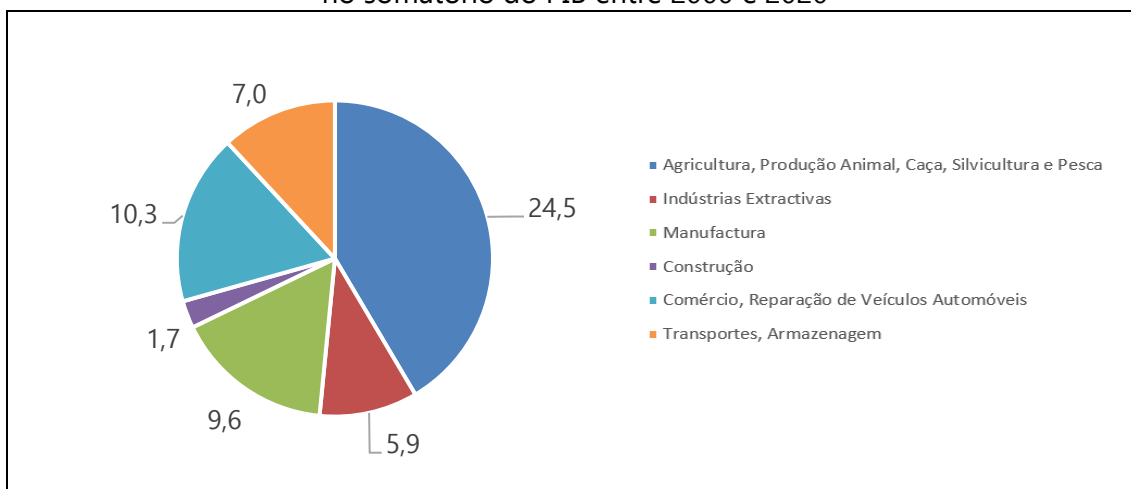
Gráfico 3
Evolução do contributo percentual dos componentes do PIB do lado da produção, entre 1991 e 2020



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

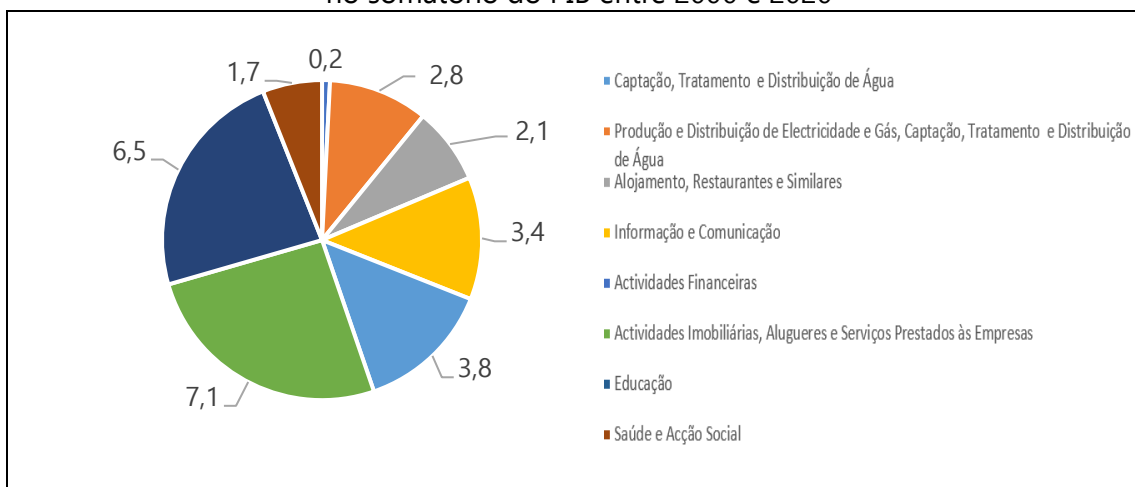
Nos gráficos 4 e 5 constata-se que o sector agrário contribuiu, ao longo dos últimos 20 anos, em cerca de um quarto da riqueza gerada pela economia. Segue-se os serviços relacionados com os sectores produtivos (transportes e comércio, entre outros - veja as legendas abaixo) e a indústria de manufatura (em terceiro lugar, com 9.6%). Entre os serviços não produtivos, destaca-se a educação e actividades imobiliárias. A saúde somente contribuiu com 1,7% do PIB, o que revela a secundarização destes sectores nas políticas públicas.

Gráfico 4
Participação percentual por sector produtivo e serviços produtivos
no somatório do PIB entre 2000 e 2020



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Gráfico 5
Participação percentual por sector de serviços não produtivos
no somatório do PIB entre 2000 e 2020

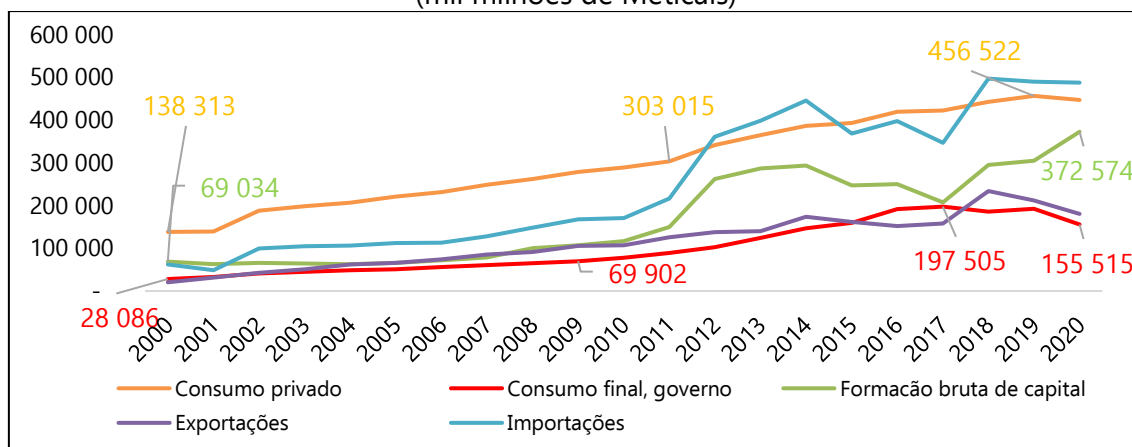


Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

2.2 PIB NA ÓPTICA DAS DESPESAS

O gráfico 6 revela um crescimento acentuado do consumo privado (embora a um ritmo de crescimento inferior ao das outras componentes) motivado, essencialmente, pelo aumento da população e um incremento do PIB per capita.

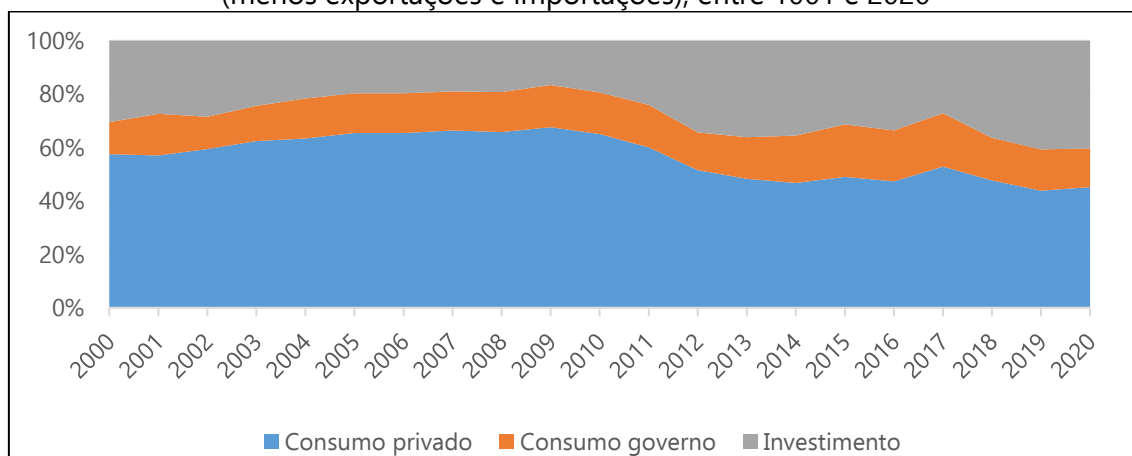
Gráfico 6
 Produto Interno Bruto, entre 2000 e 2020, a preços constantes de 2014
 (mil milhões de Meticais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

O gráfico 7 apresenta a evolução da contribuição dos componentes do PIB do lado das despesas, sem considerar as exportações e importações. Consta-se que, embora se tenha verificado um aumento dos valores dos diferentes componentes (veja gráfico acima), o contributo proporcional não sofreu alterações significativas. Observa-se, porém, que o investimento aumentou significativamente, sacrificando o consumo privado (embora tenha aumentado em valor).

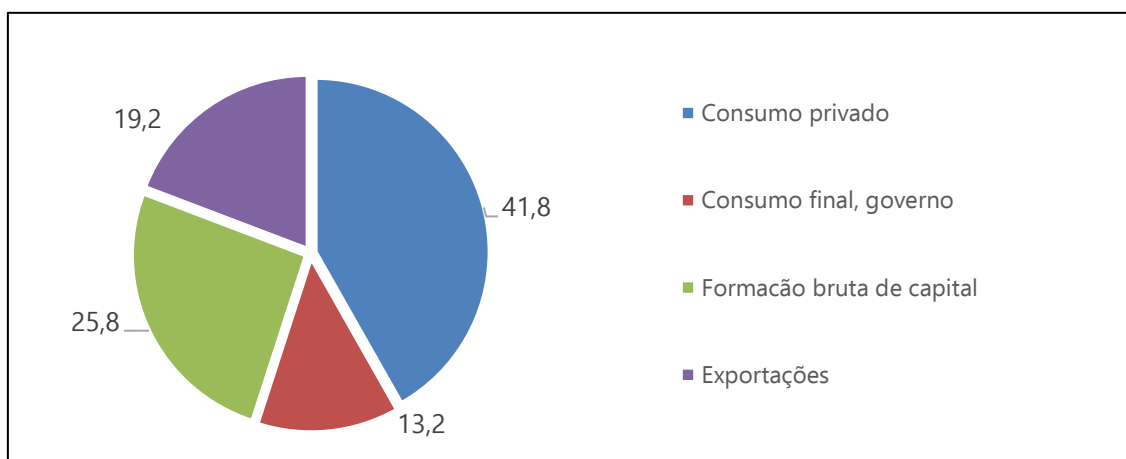
Gráfico 7
 Evolução a proporção dos componentes das despesas do PIB
 (menos exportações e importações), entre 2001 e 2020



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Os componentes das despesas no PIB, no total entre 2000 e 2020, tiveram o peso abaixo indicado (gráfico 8). As importações têm um sinal negativo na equação básica macroeconómica, pelo que não foi incluído no gráfico abaixo. Verifica-se um consumo privado elevado (o que é coerente com os gráficos 6 e 7), o investimento é elevado (25,8% total investimento entre 2000 e 2020, comparando com o total do PIB).

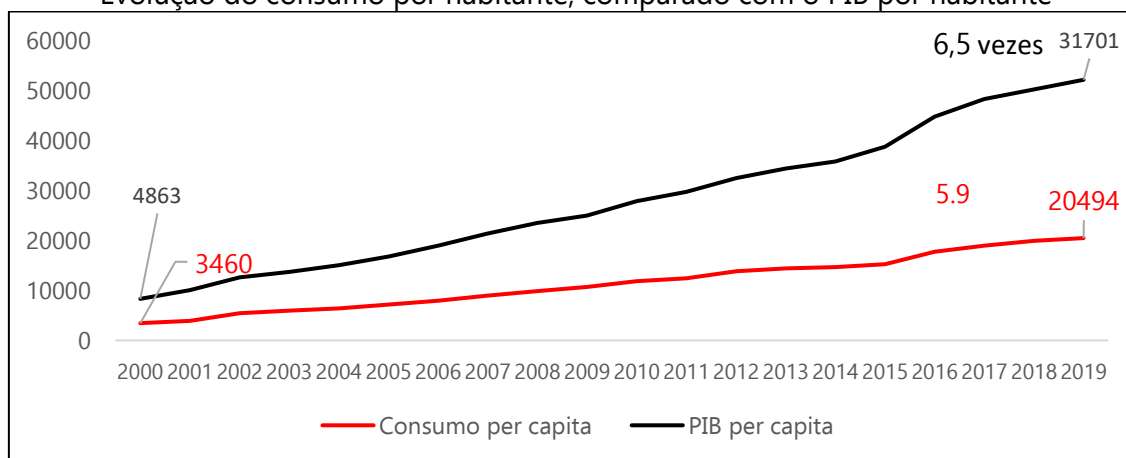
Gráfico 8
 Percentagem do total do Consumo (privado e público),
 Investimento e Exportações entre 2000 e 2020



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

O gráfico 9 revela que o PIB por habitante tem aumentado mais que o consumo privado, o que significa um sacrifício do consumidor. Não apenas o ritmo de crescimento do PIB per capita é superior, como a diferença aumenta de forma muito significativa: em 2000, o consumo privado representava 71% do PIB per capita e, em 2019, essa percentagem era de 64,5%.

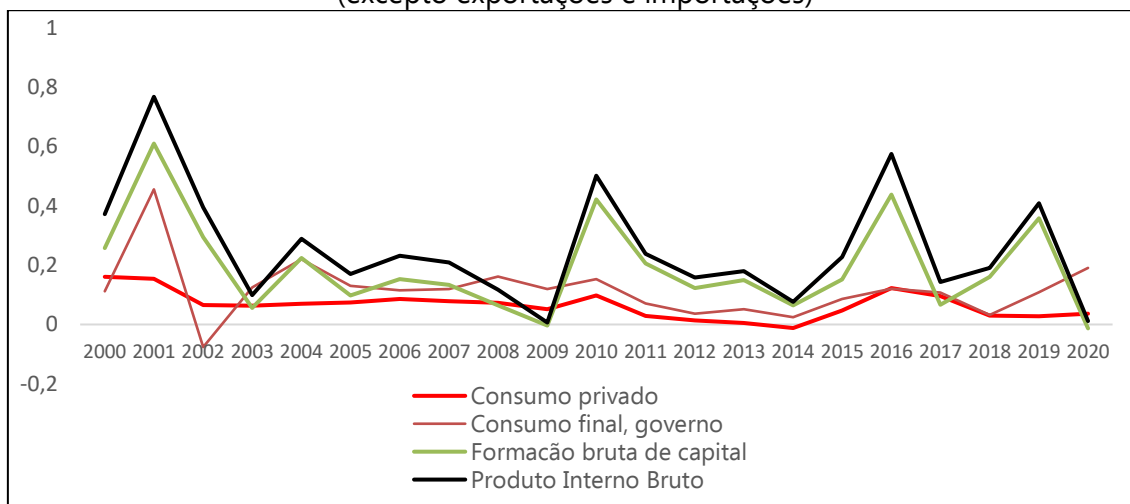
Gráfico 9
 Evolução do consumo por habitante, comparado com o PIB por habitante



Fonte: INE para o PIB e Banco Mundial para a população.

O gráfico 10 revela as significativas variações inter anuais da inflação no investimento e no PIB que, regra geral, têm evoluções semelhantes ao longo dos anos e com ligeiras diferenças entre os valores. A inflação do conjunto da economia é quase sempre superior à inflação do consumo público e privado. A inflação do consumo público é sempre superior à inflação do consumo privado. A inflação da economia e as variações dos preços de importação e exportação possuem comportamentos similares em ciclos curtos e sensivelmente nos mesmos momentos.

Gráfico 10
Inflação por componente do lado das despesas do PIB
(excepto exportações e importações)



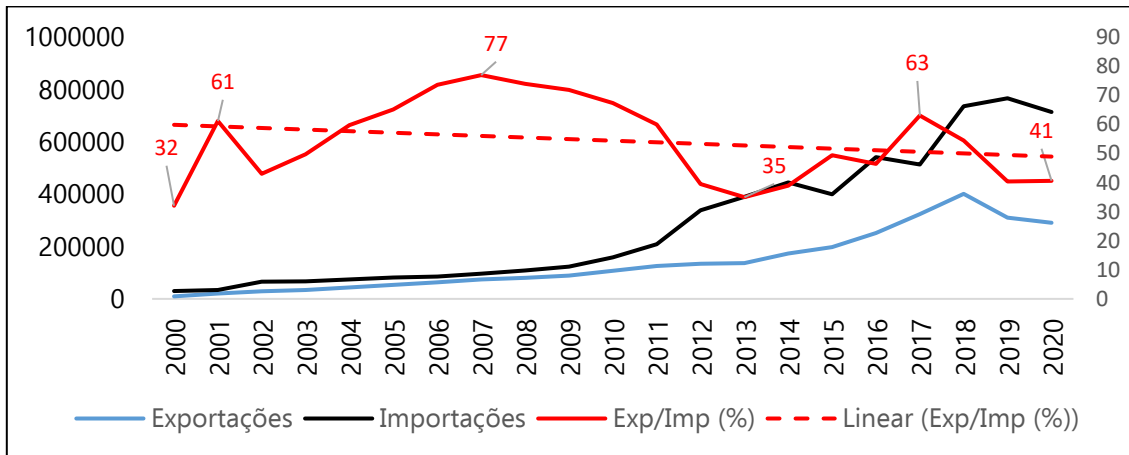
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

3. SECTOR EXTERNO

No âmbito do sector externo, neste texto somente se analisam aspectos relacionados com o tema em estudo e com a balança comercial especialmente.

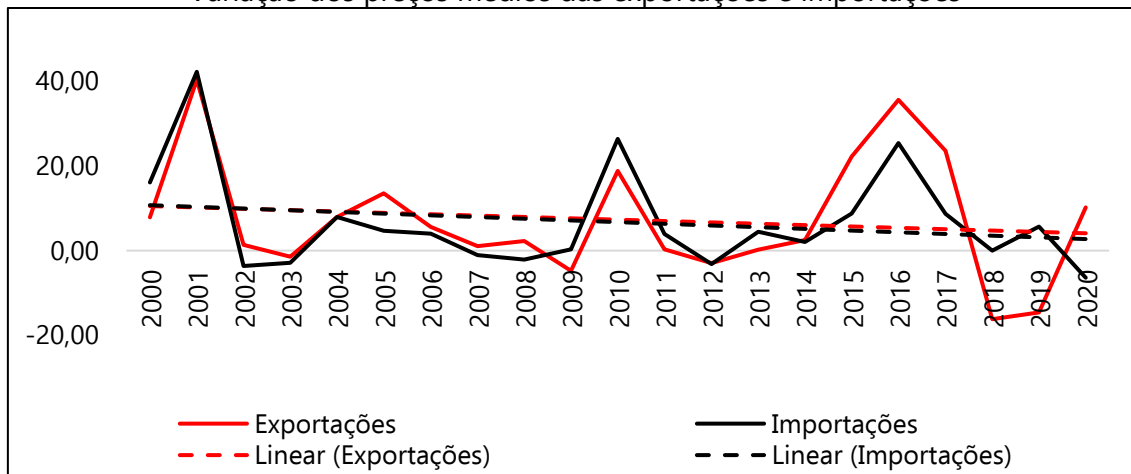
Os gráficos 11 e 12 revelam: (1) aumento do défice da balança comercial; (2) variabilidade e tendência de redução da taxa de cobertura das relações comerciais (exportações/importações, em percentagem); (3) variações constantes e de grandes amplitudes dos preços médios de importação e exportação e evolução semelhante e em paralelo dos preços das importações e das exportações; (4) incremento rápido das exportações e importações, particularmente a partir de 2012. para as importações e de 2014, para as exportações.

Gráfico 11
Exportações, Importações e Taxa de cobertura
Em milhares de dólares americanos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Gráfico 12
Variação dos preços médios das exportações e importações



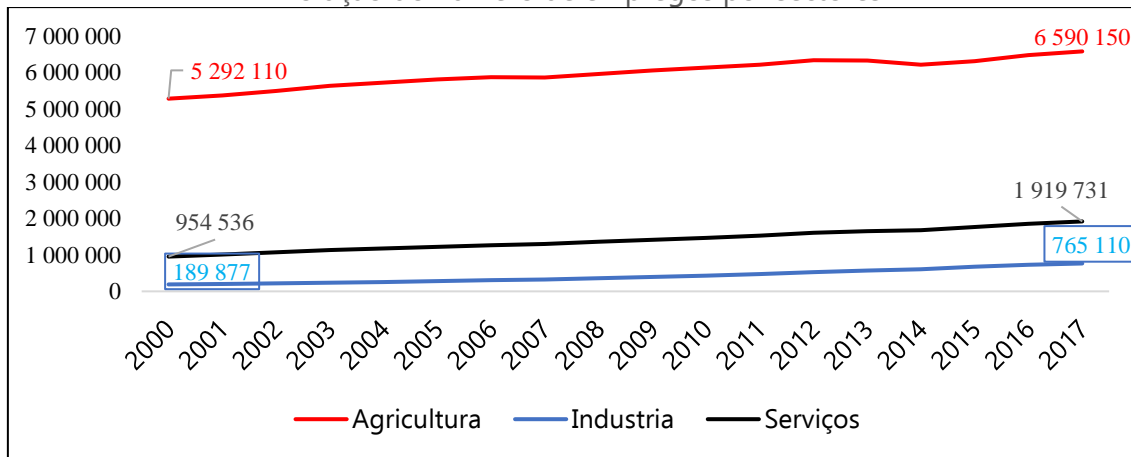
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

4. EMPREGO

O emprego é um indicador importante para a avaliação da transformação estrutura económica. Nos gráficos 13 e 14 pode-se constatar uma perda de peso percentual do emprego na agricultura (de 82%, em 2000, para 70%, em 2019), porém, o aumento do emprego na agricultura é superior ao verificado na indústria e nos serviços (mais cerca de 1,3 milhões na agricultura, mais 965 mil na indústria e mais 575 mil nos serviços). Estes dados, indicam que o crescimento económico não cria emprego suficiente para transferir trabalho para os sectores não-agrícolas, condição importante de transformação da economia. O aumento do emprego nos sectores não-agrícolas (indústria e serviços) foi

de 1,440 milhões enquanto no sector agrário foi de 1,295 milhões, o que significa que a agricultura cria quase tantos novos empregos que o resto da economia.

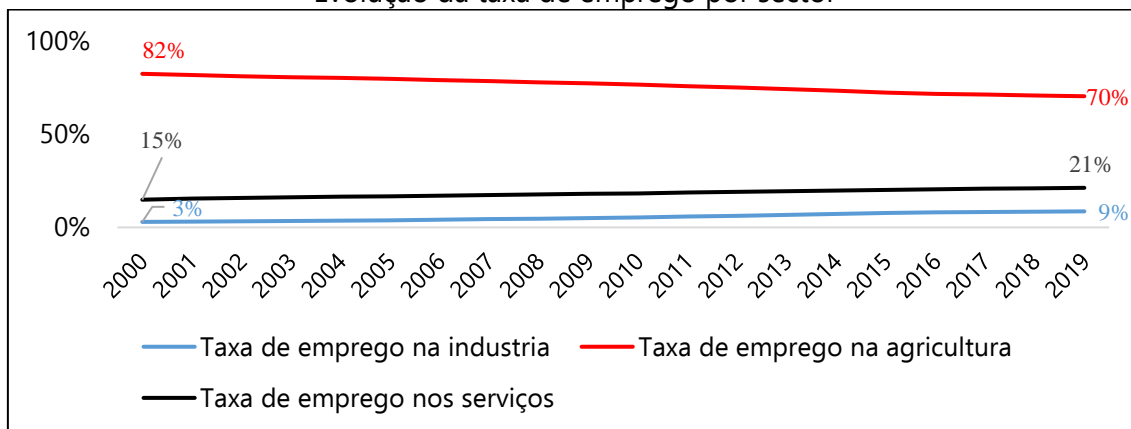
Gráfico 15
Evolução do número de empregos por sectores



Nota: a fonte utilizada somente tem dados do emprego até 2017.

Fonte: Banco Mundial.

Gráfico 16
Evolução da taxa de emprego por sector



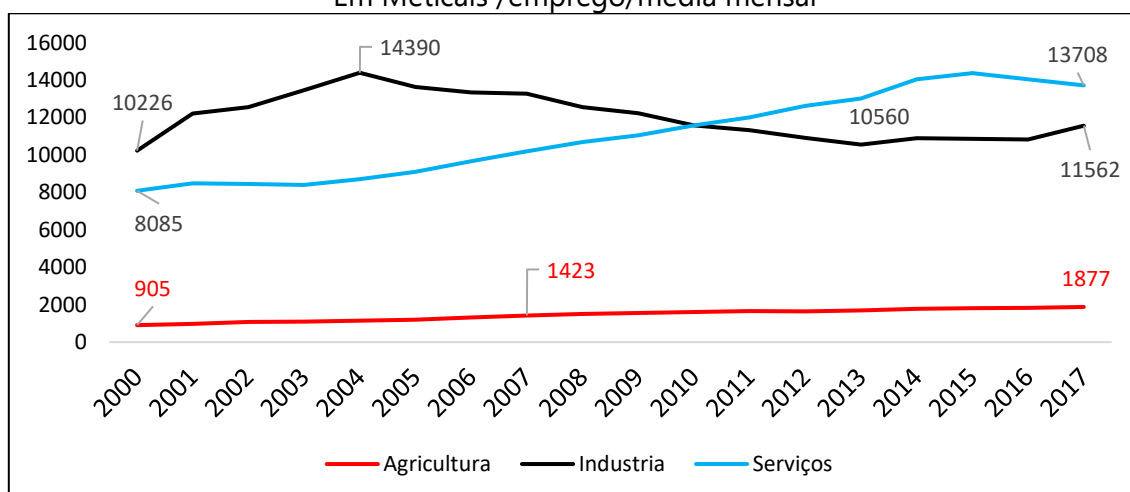
Fonte: Banco Mundial.

O gráfico 17 apresenta a evolução do rendimento do trabalho pelos três grandes sectores produtivos. Foi calculado dividindo o PIB sectorial pelo número de pessoas empregadas/ocupadas. Pode-se observar o crescimento da produtividade do trabalho no sector de serviços e na agricultura (neste caso, em cerca de 100%) e uma tendência decrescente na indústria transformadora, observando três ciclos (crescimento de 2000 a 2005, seguido de decréscimo entre 2005 e 2013 para novo aumento até 2017). Em 2017, o rendimento médio mensal do sector secundário era 6,2 vezes superior ao da agricultura e os serviços possuíam uma produtividade 7,3 mais elevada que a agricultura. Comparando os mesmos dados para o ano de 2007, essas relações eram de 8,9 e 11,3

vezes, respectivamente. Isto é, as produtividades do factor trabalho na indústria e serviços aumentam mais rapidamente que na agricultura.

Para uma análise mais detalhada, o estudo deveria realizar o mesmo exercício por subsector. Por exemplo, o crescimento rápido dos sectores financeiro, administração pública e comércio, o crescimento da indústria extractiva depois de 2010 e as dinâmicas na indústria transformadora, essencialmente de transformação de bens importados para permitir o consumo final e intermédio e para facilitar ou tornar possível as exportações e a entrada em laboração da MOZAL, depois dos primeiros anos da primeira década. Na agricultura sobressaem os investimentos, ao longo da primeira década, nas culturas do tabaco, a recuperação do algodão, o crescimento da avicultura e das explorações florestais.

Gráfico 17
Produtividade do trabalho por sector
(agricultura, indústria transformadora e serviços)
Em Meticais /emprego/média mensal



Nota: a fonte utilizada somente tem dados do emprego até 2017.

Fonte: Banco Mundial.

A diferença de produtividade e dos salários, as maiores acessibilidades a serviços básicos e existência de oportunidades de actividades informais (legais/lícitas ou não) fazem com que o crescimento da população urbana seja ligeiramente superior em termos absolutos, verificando-se, nos últimos anos, um ligeiro aumento do fluxo campo-cidade¹⁰. Entre 2007 e 2017 a população urbana aumentou em 38%, enquanto a rural cresceu 35%. Entre 1997 e 2007 foram, respectivamente, de 30% e 28%. Observa-se, ainda, uma pequena aceleração do ritmo de crescimento demográfico total (35% entre 2017 e 2007 e 28% entre 2007 e 1997), conforme os censos da população e habitação do INE.

¹⁰ Existiram redefinições dos limites de alguns centros urbanos (no sentido de uma menor área).

4. RESUMO

Os dados apresentados cobrem 21 anos (entre 2000 e 2020), podendo-se observar:

- A redução do peso dos sectores produtivos (sobretudo da agricultura) e um aumento do peso das actividades de serviços e, geralmente, um crescimento mais rápido destes sectores (comparação entre 2000 e 2020). No entanto, o incremento da produção agrícola, em termos de valor, é superior ao incremento dos outros sectores (devido aos valores de partida muito diferentes).
- O único sinal de mudança estrutural com algum significado, é o surgimento da indústria extractiva (carvão, areias pesadas e gás), assistindo-se a uma redução rápida a partir de 2018.
- O aumento do peso das importações e das exportações no PIB e, entre estas duas componentes, um crescimento maior as importações, agravando o défice comercial, o que representa uma tendência para reduzir a taxa de cobertura da balança comercial.
- O investimento foi elevado (25,8% - considera-se que este valor deve ser de entre 15% e 20%, conforme as economias do total investido em 21 anos), o que representa um sacrifício no consumo (crescimento menor, agravado pelo crescimento da população).
- O crescimento económico não cria emprego suficiente para absorver o aumento da população activa em actividades não-agrícolas; o volume de emprego no sector agrícola aumenta mais que em outros sectores e um pouco menos que no conjunto da economia, embora exista uma redução importante da proporção da população a trabalhar na agricultura.
- A produtividade do trabalho é baixa mesmo considerando o importante aumento durante o período estudado. O crescimento demográfico é alto e mais acentuado nos centros urbanos.

Em síntese: (1) não se assiste a uma transformação estrutural da economia, sendo, no entanto, constatável um aumento do peso percentual das actividades de serviços e uma redução dos sectores directamente produtivos; (2) as actividades extractivas foram as que mais cresceram de entre o sector produtivo; (3) o sector externo assume um crescente peso no PIB, o que indica a tendência para o aprofundamento da extroversão da economia e, simultaneamente, maior dependência, considerando o crescente défice da balança comercial; (4) não se verifica uma deterioração dos termos de troca nas trocas comerciais externas (relações entre os preços de importação e exportação); (5) os sectores industrial e de serviços não absorvem o aumento da população activa, fazendo aumentar o volume de emprego na agricultura.

Em resumo, não se assiste a uma transformação estrutural da economia. Moçambique possui um padrão de acumulação não assente no sector produtivo e, sim, especificamente, no extractivismo, penalizador do consumo interno, virado para o exterior, baixa produtividade do trabalho, com população em crescimento elevado, aceleração do fluxo rural-urbano e incremento da dependência externa. Todas estas características revelam o aprofundamento do subdesenvolvimento.